

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

Às 09h30min do dia 19 de setembro de 2025, reuniram-se em caráter ordinário os membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe: Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Secretaria de Meio Ambiente Sustentabilidade e Fernando de Noronha (SEMAS); Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC), Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), Fórum Socioambiental de Aldeia (FSAA), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN); Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), Usina São José, além de servidores da CPRH, para debater sobre a seguinte pauta: **a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; c) Atualização do Regimento Interno (Decreto nº56.515/2024, que regula o SEUC-PE); d) Deliberação sobre reformulação do Conselho Gestor; e) Aprovação da marca institucional da APA Aldeia-Beberibe; f) Relato sobre Audiência Pública - Arco Viário e ESA; g) Fala do diretor da DBUC (Diretoria de Biodiversidade e Unidades de Conservação); e, h) Informes sobre licenciamento de empreendimentos na APA pela CPRH/Informes gerais.** Na função de gestora da APA Aldeia-Beberibe e Presidente do Conselho Gestor, Cinthia Lima iniciou a sessão dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Pediu para iniciar dando os informes gerais, visto que trata-se da ampliação da equipe da APA, assim apresentou Paulo Gomes, que está aumentando os esforços na avaliação dos processos de licenciamento, e Marina Falcão, que irá auxiliar com os projetos e as ações deste conselho. Assim esperamos que as demandas da APA sigam de forma mais fluida e produtivas. **a) Aprovação da ata da reunião anterior** - A ata da reunião do dia 11 de abril de 2025, foi aprovada por unanimidade. **b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes** - Os novos conselheiros que estavam presentes tomaram posse, sendo: o suplente do Fórum Socioambiental de Aldeia, Rodrigo José Lyra Leite; a titular do Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti, Layane Moreira Vianna Magalhães; a titular da Prefeitura Municipal de Camaragibe, Laura dos Santos Oliveira; e, a titular da Agência Condepe/Fidem, Silvana da Mota Rocha. **c) Atualização do Regimento Interno (Decreto nº56.515/2024, que regula o SEUC-PE)** - Cinthia Lima, relata a necessidade da adequação do Regimento Interno em virtude da publicação do decreto estadual que regulariza o sistema estadual de unidades de conservação do estado de Pernambuco, e da nova composição da equipe da APA. Assim, foram lidos, discutidos e aprovados por unanimidade os trechos a serem ajustados, a saber: o texto do artigo 2º e o parágrafo 1º do artigo 5º, no qual há as normativas legais pertinentes aos conselhos de Unidades de Conservação, foi acrescido o referido decreto; no artigo 15º, foram ajustados os prazos para envio de documentação a serem submetidos à apreciação da plenária, ficando de 10 dias para as reuniões ordinárias e de 5 dias para as extraordinárias; no artigo 18º, sobre a competência do conselho, foram incluídos como atribuições - I. buscar a integração da unidade de conservação com as demais

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno, II. esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade, III. avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação, IV. opinar em contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade, V. acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade, na hipótese de gestão compartilhada da unidade, VI. manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação e seus corredores ecológicos, e VII. propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso; no artigo 23º, fica estabelecido que a secretaria executiva poderá ser exercida por agente da CPRH. A conselheira Ana Carolina, solicita o compartilhamento do decreto, para o conhecimento mais aprofundado e divulgação nos demais conselhos que os representantes presentes façam parte. **d) Deliberação sobre reformulação do Conselho Gestor** - A presidente expôs a necessidade de revisão das instituições que compõem o conselho, em virtude das ausências continuadas da: Faculdade Maurício de Nassau (suplente do IFPE), SINDAÇUCAR (suplente da FIEPE), Associação Socioambiental Chã de Peroba (com a titularidade e suplência), Associação dos Condomínios de Aldeia-ACA (titular), Rotary Club (suplente da ACA), Instituto São Jorge (titular) e ASDERGA (suplente do Inst. São Jorge). Compartilhou que a Universidade de Pernambuco (UPE), por meio do professor Filipe Aléssio, mostrou interesse em compor o conselho. O professor é responsável pelo projeto de ciência cidadã “Portal de Zoológico de Pernambuco”, com uma aba específica para a APAAB. Propondo que o IFPE ficasse com a titularidade e suplência de uma cadeira, e outra fosse assumida pela UPE. Herbert Tejo comunica que há possibilidade de reintegrar, de forma viável, a Associação Chã de Peroba. Entretanto, a Associação Condomínios de Aldeia não está mais ativa, devendo ser substituída. Entre as sugestões de novas instituições da sociedade civil, foram levantadas (os): o Quilombo do Catucá, alguma instituição ligada ao bem-estar animal, empresa ligada à captação d’água, assentamentos rurais e setor religioso. Herbert constata que temos 3 instituições educacionais a nível federal, que seria importante termos a representatividade da única a nível estadual. Mônica Rocha, sugere que o setor produtivo tenha mais representatividade, sugerindo a ADEMI, OAB, Associação de Engenheiros Florestais. Entre as representações governamentais, foi comunicado que as prefeituras municipais de: Recife, Araçoiaba, São Lourenço e Paudalho, também não participaram das últimas quatro reuniões. Porém, dada a importância das prefeituras para as discussões do território da APA, uma proposta seria a reorganização da composição governamental entre titularidade e suplência, e não a troca das instituições. Dessa forma, diminui a problemática da falta de quórum, e possibilitaria a inclusão de

10 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025 DO CONSELHO GESTOR**
11 **DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

69 outras instituições governamentais importantes. A conselheira Ana Carolina, coloca que a presença
70 da Secretária de Educação e Esportes (SEE) seria de grande importância nos debates e ações dentro
71 da APA. Outra instituição citada foi a COMPESA, por sua importância sobre o reservatório de
72 Botafogo para o abastecimento da RMR, além de sua presença assídua em outros conselhos. Após as
73 colocações, Cinthia Lima sugere a criação de uma Grupo de Trabalho (GT) para tratar da
74 reformulação do conselho, tendo se voluntariado para compor o GT os conselheiros Joaquim Freitas
75 (CEPAN), Herbert Tejo (FSSA), Mônica Rocha (Usina São José) e a gestão da APA. **e) Aprovação da**
76 **marca institucional da APA Aldeia-Beberibe** - Cinthia Lima apresentou ao conselho a arquiteta
77 recém chegada na DBUC, Maria Viana, responsável pela elaboração da marca institucional das UCs
78 que ainda não possuíam. Maria cumprimentou a todos, apresentou as marcas já elaboradas e
79 esclareceu que as demais deveriam seguir a mesma identidade visual. A marca foi inspirada numa
80 fotografia da APAAB, e contém, ao fundo, um recurso hídrico margeado por uma floresta, três
81 silhuetas de aves, um anuro e três pessoas, e, em primeiro plano, uma árvore com um bicho-
82 preguiça. Cinthia explicou que a marca da APAAB foi baseada numa fotografia que registrou uma
83 soltura de bicho-preguiça com um grupo de crianças. A conselheira Ana Carolina, colocou não ser
84 viável uma marca com muitos elementos, isso porque quando a imagem for ser representada nos
85 diferentes materiais, não dá para representar de forma nítida os elementos pequenos. A exemplo da
86 pererequinha, que já na apresentação não dá pra identificar adequadamente. Foi sugerido a
87 retirada dos elementos, deixar apenas a preguiça e o verde, algo mais fácil de reconhecer. Cinthia
88 trouxe que todas as logos aprovadas, principalmente nas UCs que são APAs, possuem um elemento
89 humano para caracterizar o tipo de uso permitido. A retirada desse elemento, transmite a impressão
90 de que trata-se de área intocada, sem a presença humana inserida. O grande grupo acordou a
91 retirada do anuro, permanecendo os demais elementos. **f) Relato sobre Audiência Pública - Arco**
92 **Viário e ESA** - Cinthia relata que a Audiência Pública sobre o Arco Viário e Escola de Sargento do
93 Exército, foi realizada no dia 18 de agosto, organizada pela Comissão de Meio Ambiente da ALEPE.
94 Na ocasião o Fórum Socioambiental de Aldeia e outras pessoas puderam apresentar, o exército não
95 compareceu, mas houve encaminhamentos importantes: 1. A ALEPE vai solicitar ao Estado uma
96 reunião para apresentar as novas alternativas locais levantadas pelo FSAA na audiência; 2.
97 debater o projeto do arco-viário com foco no traçado A, que passa por fora da APAAB; 3. garantir
98 acesso aos contratos e aditivos dos arco-viários para o acompanhamento da sociedade civil; 4.
99 reiterar ao compromisso da SEMAS-PE e da gestão estadual para preservação dos corredores
100 ecológicos da APAAB, considerando as propostas tanto do arco-viário e da ESA; 5. a comissão irá
101 solicitar uma reunião com a Advocacia Geral da União (AGU), Exército Brasileiro e movimentos
102 sociais para pautar a ESA, visto que a AGU emitiu um parecer retirando algumas obrigações em

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

relação ao requerimento da autorização de supressão de vegetação por parte do Exército. As tratativas terão o intuito de entender o porquê transcorreu esse fato; 6. manter o acompanhamento do Estado para a garantia dos compromissos relacionados ao cumprimento das metas de biodiversidade e de conservação; e, 7. realizar uma audiência específica sobre os corredores ecológicos da APAAB. A palavra foi passada ao conselheiro Herbert que relatou as últimas reuniões sobre a ESA. Em junho, o FSAA foi convidado pelo Ministro da Defesa, José Múcio, a participar de uma reunião do Comando Militar do Nordeste para retomar as discussões sobre a ESA. Nesta reunião, estiveram presentes o Exército, o ministério, o deputado Coronel Meira e 10 representações do Movimento Salve a APA. O ministro reforçou a preocupação a respeito da indefinição sobre a escola e a possibilidade crescente de o empreendimento não ser instalado em Pernambuco, expressando que gostaria de garantir o estabelecimento do projeto no estado em sua gestão. Houve a apresentação de duas novas alternativas locais, em função de duas novas informações: 1. o exército aceitou retirar as vilas militares, permanecendo no projeto a escola e o batalhão; 2. uma vez construída a escola, não seria mais permitido o acesso da comunidade de Araçoiaba à extensão da PE-27, que corta de Araçoiaba até Miritiba. O impedimento de deslocamento da população pela estrada gera um problema social, já que essa comunidade utiliza o trajeto há décadas. Porém, a responsabilidade pela solução do problema seria do governo do Estado. Com isso, em 2025, o governo lançou um edital para construção de uma acesso que liga a entrada do CIMNC à PE-41, sem cortar o Comando - um mini-arco. A proposta do Termo de Referência que o estado publicou chama atenção por correr paralelamente ao traçado do arco que defendemos dentro do ARRUDEIA. Essa proposta é a que acreditamos que resolveria um dos principais problemas do exército, quando coloca que a distância das localidades propostas com os pontos de serviço da cidade. Com isso, o FSAA revisou as alternativas locais, em torno de sete, e se concentrou na que o mini-arco passa em frente. Nessa alternativa, à distância de 65 KM para a ser de 46 KM, considerando que estamos numa das maiores regiões metropolitanas no Brasil, numa via expressa essa nova distância não é significativa. A escolha por essa localidade evitaria o desmatamento e se aproximaria de um conjunto de municípios, possibilitando a real desenvolvimento local. As informações sobre a viabilidade das alternativas locais foram apresentados ao Ministro, que não conhecia em detalhes as questões locais. O deputado Meira propôs retirar o batalhão, ficando apenas a escola, e também contactou com a Usina São José, trazendo uma proposta de compensação ambiental. Proposta que nunca havia sido levantada, e precisa ser formalizada pelo Exército. Em uma segunda reunião, em junho, o ministro propôs formar um grupo de trabalho entre a sociedade civil e o exército. Na oportunidade, o exército apresentou duas novas justificativas para que as alternativas locais não sejam viáveis, que em quatro anos de discussão não havia sido

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

citada: 1. Parque de Obuses, havendo artilharia com a presença de canhão, que necessitaria de 10Km de distância de qualquer local de uso da sociedade civil; 2. seria a presença de um almoxarifado onde ficaria a munição do Parque de Obuses, não podendo haver o trânsito de civis nas estradas próximas a sua localização. Entretanto, permanece uma dúvida, de como essa munição chegaria à ESA, de qualquer forma deverá atravessar a cidade e Recife, avenidas movimentadas, como a Caxangá e Estrada de Aldeia. Com essas duas novas informações, os representantes do exército alegam não haver a possibilidade de mudança do local planejado inicialmente para a locação da escola, tendo sido solicitado dois meses para que seja apresentado um projeto de compensação. Houve a terceira reunião, onde estiveram presentes o movimento social, a CPRH na pessoa do presidente, representando o Governo, e o Exército, tendo sido apresentada uma proposta de compensação, já negociada com a Usina São José. A proposta inclui um reflorestamento de 293 hectares no entorno do reservatório de Botafogo, com intuito de manter a supressão da vegetação para construção da ESA e do batalhão. Desses 293 ha, 101 ha é APP do reservatório. Porém a área de APP do reservatório é um passivo ambiental do Estado de Pernambuco, uma obrigação de reflorestamento da COMPESA, e não pode haver uma proposta de compensação da obra nesse contexto. Incluso na proposta, está a formação de corredores ecológicos a partir do reflorestamento do Rio Catucá e do Caiana. O Caiana sai do CIMNC, onde encontra-se sua bacia, e se encontra com o Catucá, quase dentro do reservatório, área que fica dentro do assentamento do INCRA. Ainda, haveria a criação de uma grande Unidade de Conservação estadual em toda área do Botafogo e outra dentro do CIMNC. Entretanto, o general do CIMNC sempre defendeu as dificuldades de uma desapropriação para a construção do empreendimento, que também são pertinentes para a compensação ambiental. Sendo colocado que o proprietário está de acordo e permitirá o início das atividades antes da finalização dos trâmites de desapropriação. O movimento sempre deixou claro que um projeto de compensação só seria aceito dentro da área do exército, para que fosse assegurado o sucesso do plantio, seguindo o discurso do exército de que a Mata do CIMNC só existe por causa da presença da instituição. Outra colocação importante é que o IBAMA já havia acordado com o Exército e emitido dois Termos de Referências (TR) para autorização de supressão vegetal, onde há instrumentos e exigências que se assemelham às de um EIA/RIMA, incluindo o estudo de alternativas locais. A solicitação do IBAMA é embasada na Lei Complementar nº 140 que isenta o exército de licenciamento ambiental, entretanto não o desobriga de solicitar a autorização de supressão vegetal. Todavia, a AGU afirmou que o Exército não precisaria cumprir as recomendações, assim o IBAMA colocou que não emitiria a autorização para a supressão e se retirou do processo. O exército concordou em lançar o edital do TR, que ainda não saiu. Cinthia Lima agradece o relato do conselheiro Herbert, porque é como a gestão da APA e seu conselho estão conseguindo se informar

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

da evolução das discussões. A gestão tem uma limitação na participação das conversações, e o FSAA tem empenhado muitos esforços junto ao Ministério da Defesa e outras instituições para chegar a um resultado que atenda aos critérios de conservação do território da APA. A conselheira da SEMAS, Maíra Braga, relata que conheceu a proposta do Exército na reunião descrita por Herbert, tendo que processar os prós e contras no momento das discussões. É interessante a integração de estratégias diferentes para mitigar o impacto, como os corredores, mas precisamos ficar atentos ao reflorestamento do reservatório, como tem um único proprietário é mais tranquilo. Por outro lado, na implementação dos corredores há uma complexidade maior, já que deve incluir os moradores e as pessoas do assentamento para o sucesso da ação. Inclusive, o secretário Guilherme Cavalcanti (SDEC-PE), salientou o aspecto do cuidado com as pessoas. Cuidado este, que não se deve dar apenas utilizando o trabalho como mão de obra para o plantio, mas buscando uma ação mais profunda, quem sabe com a implementação de projetos como SAFs, PSA. Essa complexidade deve nos deixar atentos. A proposta de criação das UCs é bem vista, inclusive espera-se que a dentro do CIMNC seja uma UC de proteção integral, o que evitaria futuras prospecções de construções. E, a UCs no entorno do reservatório, por suas características, provavelmente teria outro perfil de UC. E quanto à responsabilidade da manutenção e proteção da área, até que se torne floresta, foi colocada em reunião como uma preocupação, e o exército garantiu que seria uma de suas atribuições. Então, está para se formalizar um instrumento onde conste as obrigações de cada ente, com clareza de tempo e ações. Cada uma das questões desse imbróglcio precisa ser discutida com maior minúcia, como a segurança da área. Foi acordado, que o Estado aguarda a formalização dessa proposta para poder discutir internamente e seguir com os trâmites necessários. Herbert Tejo complementa que a proposta da UC fora do CIMNC incluiria o lago/reservatório, que daria mais de 800 ha, e questiona como ficaria as águas da COMPESA. Maíra Braga afirma que não haveria problemas com a propriedade da COMPESA dentro de uma UC estadual, a depender da categoria. Foi exemplificado que há outras UCs estaduais com a propriedade do terreno sendo de posse da COMPESA, como o PEDI e a RVS Gurjaú. Maíra, aponta ser importante trazer essa complexidade para as discussões, e até que ponto os compromissos podem ser firmados. Além de incluir os estudos do processo técnico e participativo para a criação das UCs, para que não fique sem ter a clareza de quem vai criar essas unidades. Cinthia complementa, que para além da criação e implementação deve constar a elaboração do Plano de Manejo e do conselho gestor. Bem como na proposta de reflorestamento, deve haver a inclusão de um cronograma levando em consideração a cadeia produtiva do setor em PE. Sobre a UC de Botafoço, a área tem a potencialidade de ser de proteção integral, como Bitá e Utinga, onde há áreas a serem reflorestadas. Nesse caso, teríamos que retirar o lago do território, já que os usos não seriam compatíveis com a PI, como a pesca. É uma discussão que deve ser

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

amadurecida mais adiante. A conselheira Ana Carolina, coloca que causa um estranhamento esse GT, por já ter sido criado pelo Estado e que cessou suas ações sem que fosse oficializado nenhuma conclusão. Na última reunião, no dia 22 de março de 2024, não pode comparecer por motivos pessoais. Porém, o professor Marcelo Carneiro Leão fez o relato e não trazia conclusão das atividades, e sim, outros passos. Nesse meio tempo houve a mudança na reitoria da UFRPE, não havendo mais nenhum contato para novas reuniões. É estranho que venha outra instância diferentes, que continuem as discussões sem levar em consideração o que foi pautado a nível estadual. É ótimo que o grupo do Salve a APAAB esteja incluso nesse novo GT, do contrário estaria correndo totalmente à revelia do conselho gestor, sem a participação da academia, de um grupo que foi montado para esse fim no governo do Estado. Não há sequer um relatório do GT do estado. O próprio coronel entrou em contato com a conselheira perguntando sua opinião sobre a proposta de compensação, sem que ela tivesse conhecimento, ficando de convidá-la para uma reunião, convite que nunca chegou a ser feito. A conselheira teme que, se os movimentos sociais não estivessem participando, a ESA seria construída sem nosso conhecimento. Cinthia Lima reforça que o GT do estado foi oficializado por decreto, o que configura uma situação incomum que essas discussões não estejam sendo realizadas dentro dessa instância. **g) Palavra do Diretor da DBUC, Artur Texeira.** A presidente passa a palavra ao diretor da DBUC, que na reunião passada já estava no cargo, mas não conseguiu participar. Artur cumprimenta a todos relatando que é da casa, originalmente do jurídico e desde agosto assumiu a diretoria. Nesse período, está sendo empreendido esforços para estruturar a equipe e dar maior apoio às ações da diretoria. A exemplo da proposta do Programa de Conservação da Biodiversidade que foi apresentado ao CONSEMA. Especificamente quando a DBUC recebeu um reforço modesto da equipe, um dos focos foi para a APAAB, que ganhou um agente administrativo e uma pessoa da seleção simplificada. Isso por causa da importância da unidade para a RMR, com uma grande especulação e diferentes expressões, que acaba por sobrecarregar a gestora, Cinthia. Uma outra prioridade para a APA é a aquisição de sua sede, que está andando. O primeiro passo, que seria a identificação da localidade, foi realizado. Cinthia visitou e identificou uma área adequada, no Km-5, com fácil acesso. Uma propriedade com 2 ha, com uma pequena casa e uma área florestada que pode ser utilizada para sensibilização ambiental. É importante ressaltar que a presidência está convencida da necessidade da APA estar representada dentro de seu território, com uma sede. Outro avanço, é a criação da logomarca, que correu rapidamente pela necessidade de rodarmos um processo licitatório de sinalização das UCs. Missão que ficou a cargo de Maria, e que em tempo recorde tem conseguido dar conta das demandas. As localidades de implementação das placas foram identificadas, para que o processo possa correr. Por fim, Artur se mostra feliz em poder contribuir com a evolução que a DBUC e a APAAB estão experimentando, estando sendo aberto para receber a

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

todos na diretoria. Ana Carolina, agradece as palavras de Artur, expressando contentamento com o aumento da equipe, principalmente no momento em que Cinthia está cursando o doutorado. Nesse momento, e tem muitos prazos a serem cumpridos, é importante ela poder dividir as demandas. E propõem a realização de um seminário para falar das pesquisas que estão sendo realizadas no território da APAAB, para divulgar aos conselheiros, para a sociedade o que está sendo produzido de conhecimento. Há muitos projetos sendo realizados na APA, só do meu grupo de pesquisa há o sítio PPBio, com áreas no PEDI, na ESEC Caetés, trabalhos com temáticas diferentes. Não só com temas acadêmicos, mas abordando a gestão dos municípios, o licenciamento, o que está acontecendo na RPPN de Petribu, e realizar periodicamente o evento. O diretor Artur acolhe a ideia, reafirmando a necessidade de divulgar o conhecimento. Não só para os entes da academia, mas para quem executa a política pública e para a sociedade, estamos à disposição para discutir e construir. Cinthia lembra que foi realizado um seminário na UFRPE no aniversário da APA, há uns 2 anos, que foi um sucesso. O evento pode ser realizado a cada dois anos, talvez em Março, no aniversário da APAAB.

h) Informes sobre licenciamento de empreendimentos na APA pela CPRH/ gerais. Não houve grandes empreendimentos solicitando licenciamento, apenas solicitação de abertura de poços ou renovação de licença. Há os dois empreendimentos imobiliários, e um deles está em processo de elaboração de EIA/RIMA, o da Usina Petribu. Outro empreendimento, o do Vale do Arvoredo, já havia sido embargado desde o ano passado, mas continuaram a instalação e vendendo os lotes, mesmo descumprindo o embargo. Inclusive com uma licença falsificada que foi apresentada ao Ministério Público (MP), em reunião a CPRH constatou a falsificação. O MP ratificou o embargo da CPRH e recomendou também a suspensão das vendas. Isso porque, a licença válida revela que só poderá ser utilizada uma pequena área do terreno, já que a maior parte do terreno está em área de M1. Ainda, anularam a aprovação do município, que havia sido emitida com base na licença falsificada. Como este, há outros casos em que MP de Recife e de Camaragibe vem ratificando a posição da CPRH. Recebemos o retorno do processo contra o Centro de Treinamento do Retrô, que o MP tinha entrado com uma ação civil pública já que estavam funcionando sem licença, em uma área embargada. A sentença foi julgada, e o clube terá que recompor a área ou apresentar uma medida compensatória que seja compatível para mitigar o dano ambiental causado. Foi uma grande vitória, desde 2018 o empreendimento já havia sido embargado, a licença que concedida era para um projeto mais simples. Esse resultado cessa a sensação de impunidade que tinha se estabelecido, para isso o MP é muito importante. Artur recorda que a promotora teceu elogios à equipe da APAAB, por seu trabalho técnico que subsidiou a ação civil pública. A conselheira Silvana, coloca que o MP vem demandando a Condepe/Fidem sobre a área de mananciais, e sugere que Cinthia Lima dê o informe sobre o GT mananciais. Cinthia relata que, não apenas esse caso, mas há outros nos quais a CPRH e a

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025 DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

Condepe/Fidem vem sendo levados ao erro por falta de elementos para aplicação da lei. Assim, foi acordado com o MP a construção de um GT para construir um mapa de aplicação da lei de mananciais. Atualmente, há uma base precária para a APAAB, que construiu com base no Plano de Manejo, mas não é um dado oficial e detalhamento. Essa nova base de dados, os mapas, que está sendo criada no GT, será oficial e deverá ser amplamente compartilhada. Outra consulta prévia que requereu parecer à APAAB foi a da reforma do PEDI, dentro da Zona Antrópica. Ana Carolina, relata que também é conselheira do PEDI e que não houve nenhuma apresentação ao conselho do Parque desse projeto, esse tipo de ação não pode ser realizada à revelia do conselho. A conselheira Luciane questiona se houve algum processo para implementação de um cemitério perto do Retrô, que tem sido um assunto recorrente em Aldeia. A conselheira Laura, diz que há um vereador que tinha a intenção de fazer um cemitério para animais não-humanos, o terreno seria cedido. Porém, foi comunicado ao mesmo, a impossibilidade por sua localização. A conselheira Luciane informa que haverá um evento particular, o Downtown Aldeia Festival, numa casa de eventos. E em contato com o produtor, foi acordado a realização de um espaço para a imersão da APAAB por meio de fotografias, quem quiser colaborar ou dá sugestão seria importante. Cinthia sugeriu o uso de um vídeo que fale sobre a APA, que aquele território é uma UC. O conselheiro da CEPAN, Joaquim, colocou que no dia 4 de agosto foi lançada uma IN conjunta entre IBAMA e ICMBio sobre a regulamentação do processo de restauração em UC, que vai desde os trâmites administrativos à execução. A exemplo de outras INs, que foram regulamentadas pela esfera estadual, gostaria de saber se tem alguma perspectiva disso acontecer com esse instrumento ou não. Isso por causa da nossa atuação mesmo, o CEPAN trabalha muito com restauração dentro de UC, às vezes é uma área que está dentro de uma UC municipal. Cinthia coloca que talvez, essa iniciativa tenha sido preciso visto que são dois órgãos diferentes que atuam com uma mesma ação, havendo muitas demandas que se dividem. No caso da CPRH, apesar de ser o mesmo órgão, há diretorias diferentes, talvez seja necessário. Nada mais havendo a tratar, às 11h50min, eu, Marina Falcão Rodrigues, secretária do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo. Recife, 19 de novembro de 2025.